

Orosimbo Maia:

Cultura e política no final do Século XIX

Agueda Bernardete Bittencourt Uhle*

Resumo: Este artigo trata da expansão escolar na cidade de Campinas, no final do século XIX. Toma como objeto privilegiado de investigação a fundação de um colégio feminino de elite, o Colégio Progresso Campineiro, obra de um grupo de fazendeiro de café da região. Analisa as práticas dos políticos ligados ao movimento republicano paulista e seus compromissos com a instrução pública e com a educação escolar. Através da biografia de Orosimbo Maia, personagem conhecido como o fundador do colégio, procura compreender a produção e a reprodução de culturas, hábitos, estilos de vida e o lugar da escola neste processo.

Palavras-chave: Expansão escolar, política educacional, movimento republicano.

Abstract: This article deals with the school expansion in the city of Campinas at the end of the 19th century. More specifically, its subject is the foundation of an elite girls school – Colégio Progresso Campineiro – by a group of coffee planters. It analyses the practices of politicians linked to the *Paulista* republican movement and their commitment to public education and to schooling. Through the biography of Orosimbo Maia, known as the founder of the school, the article examines the production and reproduction of cultures, habits and life styles, as well as the role of school in those processes.

* FOCUS - FE - UNICAMP - Pesquisa realizada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP - E-mail : agueda@turing.unicamp.br

“Deve atentar-se para o comportamento e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento - ou, mais precisamente, da ação social - que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-nas também, certamente em vários estados de consciência.”

Clifford Geertz

Este artigo toma a biografia de Orosimbo Maia e a fundação do Colégio Progresso Campineiro como ponto de partida para análise da expansão da educação escolar, na cidade de Campinas, observando os efeitos do movimento republicano paulista sobre a educação.

Narrar um pouco da história deste personagem inscreve-se na tentativa de compreender aspectos da cultura do grupo social ao qual ele pertenceu e representou, exercendo cargos e funções no poder público e em instituições de caráter particular. O esforço a ser empreendido é de pôr em relação as práticas realizadas em cargos ou fora deles com o pensamento político dominante em seu grupo social. Compreendendo assim a produção e mesmo a reprodução de culturas, hábitos, estilos de vida e visões de mundo e o lugar da escola neste processo.

O interesse aqui especificado pela vida de Orosimbo Maia advém do fato de ele ser um dos fundadores e beneméritos do Colégio Progresso ainda existente em Campinas. Como o nome não deixa dúvidas, o colégio tem sua história conhecida e narrada a partir de uma realidade saída do tempo prestigioso dos republicanos históricos, entre os quais Orosimbo Maia foi um personagem representativo. É neste sentido que as práticas desse político voltadas para o espaço escolar e cultural de Campinas ganham lugar no presente artigo.

Este estudo conta com uma série de escritos deixados por membros do grupo social e das relações de Orosimbo Maia, todavia ele próprio não escrevia, talvez fosse aquele que transformava em projetos as idéias do seu grupo.

Um político de primeira geração

Orosimbo Maia nasceu em Campinas em 1861, filho de uma família de descendentes holandeses por parte de pai e de Barreto Leme por parte de mãe. Este último fundador da Freguesia das Campinas de Mato Grosso de Jundiá, hoje Campinas. Viveu uma infância difícil com a morte da mãe quando ele tinha apenas 7 anos de idade. Viveu e trabalhou na cidade de Campinas durante o período áureo da região produtora de café (1861/1939), portanto a história do político Orosimbo Maia pode ser narrada em consonância com a história da cidade. Ele participa de sua ascensão e de sua queda, acompanha de certa forma o ciclo do café e a notoriedade política da cidade, durante a estruturação do Estado Republicano.

A cidade contava na década de 1860 com: duas escolas públicas de primeiras letras, uma secundária e cinco particulares de instrução secundária sendo o total de alunos, 240 meninos e 120 meninas. Além dessas casas de ensino, a maior parte dos fazendeiros pagava mestres para educar seus filhos e um bom número de jovens campineiros faziam seus estudos em São Paulo, na Faculdade de Direito. Nessa época também se acham já fundadas

na cidade duas associações científicas, uma com o título de Recreio Literário e a outra de Gabinete de Leitura.¹

Orosimbo Maia porém, não recebeu educação escolar além das primeiras letras, tendo talvez cursado alguns anos de educação secundária. Ele teria começado a trabalhar na roça, quando ainda muito jovem, sendo depois, aos 17 anos, copista de cartório, mais tarde escrevente e chegando, por convite de Francisco Glicério, o depois célebre político republicano, a trabalhar como auxiliar de escritório até seus 23 anos. A partir de então instala-se como solicitador provisionado e parte para a carreira de advogado provisionado, título que lhe seria concedido em 1898, aos 38 anos de idade.²

Tal profissão Orosimbo Maia, pode ter “herdado” de seu pai que no ano de 1878 era contador e partidor na praça Carlos Gomes. No ano seguinte estava como partidor vitalício do Juízo de Órfãos e como contador e distribuidor de juízo.³

As condições sócio econômicas e culturais da família de Orosimbo podem ser deduzidas destes fatos mas também do inventário dos bens, publicados por ocasião da morte de D. Antonia Cristina de Camargo Maia, sua mãe, em 1868. Consta que ela possuía algumas jóias: 1 alfinete de peito, 1 rosário com 161 contas de ouro, uma pequena cruz, 1 crucifixo com 4 oitavos de ouro, uma volta de coral, 1 par de brincos dourados, alguns utensílios domésticos em couro, porcelana e vidro 10 livros, 2 cavalos, uma escrava de 26 anos, com dois filhos, um de oito outro de dois anos. Os escravos foram vendidos em praça pública.⁴ Segundo o marido, Sr. José Francisco, os bens deixados pela falecida não são suficientes para pagar as dívidas da família.

Estes dados permitem armar algumas conjecturas sobre a situação da família. Por um lado, cabe observar que a mãe de Orosimbo Maia era uma mulher letrada, uma vez que possuía livros e estes eram considerados e arrolados como patrimônio seu; que ela possuía resquícios de um patrimônio econômico mais vasto, do qual são exemplos o rosário de 161 contas de ouro, o alfinete e a escrava. O pertencimento à religião católica pode ser deduzido dos símbolos representados pelo crucifixo e pelo próprio rosário. Ainda cabe lembrar que D. Antonia pertencia à família Camargo, tradicional família ligada às fazendas de café.

Aparentemente, porém a família de Orosimbo se encontrava em dificuldades, no período de sua infância e juventude, como se pode perceber pela declaração do pai sobre a existência de dívidas da família. Todavia o capital cultural e de relações sociais especialmente construído pela família da mãe permanece e pode ser reconvertido em capital econômico

¹ Ver mais sobre o assunto em Marcus Albino, *Ide por todo mundo, a Província de São Paulo como campo de missão presbiteriana - 1869 - 1892*. Campinas. CMU. 1996.

² Algumas funções na área do Direito eram desempenhadas, na época, por pessoas sem a formação específica, mas que passavam por concursos e assim adquiriam o direito ao exercício da profissão. Este é o caso do advogado provisionado.

³ Ver mais detalhes em Adriana Ferraz, *Político, Filantropo e Empresário: Orosimbo Maia e a Educação em Campinas*. Monografia. Campinas. UNICAMP. 1997

⁴ Conforme inventário de D. Antonia C. de Camargo Maia, 3º Ofício, 1868, p. 23.

através de oportunidades especiais de trabalho.⁵ Isso pode explicar como, sem capital e com limitada educação escolar, Orosimbo associou-se a um advogado notável Moraes Salles e a seu lado aprendeu o ofício para o qual não havia obtido formação regular.

A história pessoal de Orosimbo está marcada pela luta para se fazer aceito no grupo de fazendeiros de café e profissionais liberais que formavam a elite da cidade. A morte precoce da mãe, elo importante de ligação com o grupo social dominante, deixou-o amparado na figura do pai que, como já vimos, trabalhava na área do direito, todavia sem a formação adequada, exercendo funções menores neste campo profissional, no Brasil, tradicionalmente reservados aos filhos da elite.

Através da amizade e dos negócios com Moraes Salles e Francisco Glicério, Orosimbo passou a pertencer ao Partido Republicano Paulista, vindo a ser presidente do Clube Republicano de Campinas, uma espécie de secção local do partido. Foi também a partir dessa época membro de diversas associações literárias e culturais como a Sociedade Carlos Gomes, fundada em 1878. Começa, em 1890, sua carreira política na Câmara Legislativa de Campinas que culmina com três mandatos de prefeito, o primeiro iniciado em 1908 e o terceiro concluído em 1932.⁶

Cabe dizer que, conforme consta em discurso proferido por uma de suas filhas, Orosimbo Maia fez fortuna, chegando a ser proprietário de 6 fazendas, onde moravam e trabalhavam mais de uma centena de famílias. Construiu um estilo de vida bem particular para um político de carreira vinculado ao Partido Republicano, nada de diferente do modo de vida das famílias tradicionais da região.

Vivia com a família em uma casa de dois pavimentos, com três salões, dois escritórios, nove dormitórios e demais dependências. “Gostava de hospedar. Chegando a ter em casa cinco quartos de hóspedes!...”⁷ Mantinha um cozinheiro chinês que lhe serviu durante 33 anos. Era, não só, um homem que recebia e mantinha contato com visitantes ilustres como também fez uma viagem de oito meses à Europa, em 1901, “visitou países mais adiantados, observou o desenvolvimento de cada um, adquiriu conhecimentos gerais e voltou cheio de novos projetos, de planos para o futuro. Encantado mormente com a Alemanha.”⁸

Vida cultural e política de Campinas

Em Campinas mantinha-se, no período entre 1870 e meados dos anos 20, um almanaque que publicava relações nominais das famílias da cidade e região, suas propriedades, seus negócios, profissões, escolas e associações comerciais e culturais

⁵ Sobre o conceito de capital cultural e reconversão, ver Pierre Bourdieu, *Meditations Pascaliennes*. Paris. Seuil. 1997.

⁶ Coelho, Camilo G. de Souza. *Orosimbo Maia: O homem, o administrador*. Publicação de circulação restrita. 1962. e Adriana Ferraz, op. Cit.

⁷ Discurso proferido por Otávia Maia de Freitas Guimarães, documento de circulação restrita, p. 32.

⁸ Idem, p. 34

existentes, seus dirigentes, quadro de associados entre outras informações sobre a vida social da cidade.⁹

Orosimbo aparece neste almanaque, em 1886, como solicitador, ao lado de outro personagem de mesma profissão, Francisco Glicério. Vai aparecer ainda no mesmo ano, como secretário da Sociedade Carlos Gomes, uma sociedade dedicada à música e à cultura, novamente ao lado de Glicério então seu vice-presidente. Os dois, Orosimbo e Glicério tiveram uma infância pobre e vão dedicar-se à carreira política, o primeiro em âmbito local e o segundo em âmbito nacional, sempre associados ao grupo de fazendeiros tradicional da região.

A vida cultural e política de Campinas era, então, a própria expressão do espírito associativo que se desenvolvia na província de São Paulo, gerado pela necessidade dos produtores de café de reagirem à centralização política patrocinada pela Corte Imperial. Centralização esta assentada sobre a cobrança de impostos, taxas de exportação e redistribuição desigual dos serviços públicos, pelas províncias.

A elite campineira estava organizada através de associações culturais e políticas e expressava seu descontentamento e seus protestos contra a estrutura política imperial na Gazeta de Campinas, que funcionava como um centro de convergência e aprofundamento do espírito do grupo.

Nas últimas três décadas do século, os fazendeiros da região de Campinas somados aos profissionais liberais e aos comerciantes estavam envolvidos com a militância no Partido Republicano Paulista – PRP, trabalhando no sentido da construção de um movimento separatista com vistas à queda do Império e à instalação de uma república federativa.

O enriquecimento da região, graças à abundância advinda da produção e exportação de café e mesmo à força da diversidade cultural apoiada sobre a imigração européia patrocinada pelos fazendeiros de café, depois de 1870, garantiu uma supremacia inquestionável da Província sobre o restante do Império e posteriormente da União. A política coerente com esta pujança será aquela levada a cabo pelo PRP.

Para se ter uma idéia da expansão econômica do oeste paulista basta comparar os seguintes dados: em 1870, início da expansão da lavoura paulista, a província do Rio de Janeiro era responsável por 70% da produção de café, em 1894, vinte e quatro anos depois, esta última respondia por apenas 20% da mesma produção, sendo São Paulo então o grande produtor.¹⁰

Com as possibilidades econômicas geradas pelo café, os fazendeiros não se conformavam com a falta de infra-estrutura para sua produção e escoamento. Assim como foram buscar braços livres para a lavoura, financiando a imigração européia, também viabilizaram a construção de estradas de ferro que ligavam as principais zonas produtoras ao

⁹ A publicação que estamos aqui chamando de almanaque teve vários nomes e passou por diferentes editores mantendo todavia mais ou menos as mesmas características. Chamava-se Almanak de Campinas em 1872; Almanach Popular de Campinas em 1878; Almanach do Correio de Campinas em 1886; A Cidade de Campinas em 1900.

¹⁰ Garcia J., Afrânio, Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. Actes de la Recherche en Science Sociales. N. 98. Juin 93. P. 22.

porto de Santos, por onde passava o produto a ser exportado. As ferrovias Paulista e Mogyana foram construídas graças à reunião de capitais privados acumulados pela oligarquia paulista.¹¹ Tinham os cafeicultores e seus aliados o desejo de modernizar a sociedade e o Estado e o caminho que trilhavam era o de fazer a modernização através do uso da ciência europeia por um lado, completado pelo desenvolvimento do espírito associativo, por outro, acreditavam em sua força, no poder local, nas suas regiões e tinham capital. Quanto ao regime, abraçavam o ideário republicano, privilegiando o federalismo e contemplando a liberdade.

Casalecchi analisa a organização desse grupo de paulistas:

“Em 1870, quando da criação do clube republicano na capital (do Império), em apoio ao movimento do Rio, manifestam-se os paulistas pela preservação da autonomia do núcleo local, não aceitando nenhuma subordinação hierárquica. Em 1872, na criação, indicam que de acordo com as idéias democráticas e regime federativo, o Partido Republicano de São Paulo conservará sua independência e autonomia ante o centro estabelecido na corte, assim como igual independência - imagem viva da autonomia municipal - guardarão entre si os clubes ou núcleos locais, prestando-se entretanto, mutuamente os conselhos, avisos, consultas e auxílios nos interesses dos princípios”.¹²”

Assim, as idéias políticas defendidas pelos republicanos paulistas estão objetivadas na própria organização do partido e vamos encontrá-las nas ações e projetos dos executivos políticos, como é o caso de Orosimbo Maia.

Mas, para compreender a teia de relações vivida no período faz-se necessário lembrar que funcionavam na cidade de Campinas, na época, uma quantidade enorme de sociedades e associações que organizavam e distinguiam os grupos sociais de uma cidade com pouco mais de 30 000 habitantes. Por um lado tem-se os grupos tradicionais formados e organizados através das alianças de família que se consolidam nos anos de convivência escolar.¹³ Um bom exemplo é o grupo da Filarmônica de Mato Dentro formada por Joaquim Álvaro de Souza Camargo e seus parentes, ou o Internato Ferreira Penteadado, escola que teria funcionado exclusivamente para os filhos desta família. Por outro lado os imigrantes vão estabelecer suas associações encarregadas de reproduzir a cultura, os hábitos e o modo de vida do grupo social de origem. Não por acaso as diversas culturas emigradas mantêm suas próprias escolas.

¹¹ Consta no Almanach para 1900 às páginas 247, 248 que a primeira reunião para criar a companhia que iria construir a ferrovia Mogyana aconteceu em 30/03/1872, em Campinas, na casa do Cel. José Guedes de Souza, Barão de Piratinguy, tendo, em 1/07 do mesmo ano sido eleita a primeira diretoria e em 27/08/1875 deu-se a inauguração com a viagem que contou com a presença do Imperador. Ver ainda, Luis Fernando Cerrí, *Non Ducor, Duco*, Dissertação de mestrado. FE. Campinas. UNICAMP, 1996.

¹² Brasiliense, Américo, *Os programas de partidos e o Segundo Império*, SP, Tip. Jorge Seckler, 1878. Citado por Casalecchi, *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)* SP, Brasiliense, 1987.

¹³ Ver sobre o assunto José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Brasília, Editora da UnB, 1981.

A escola aparece sempre como uma moeda forte da qual desejam apoderar-se os diferentes grupos, igrejas, sociedades de imigrantes, sociedades maçônicas, grupos familiares, todos se organizando em torno de uma instituição escolar.

O fio puxado por Orosimbo para compor a teia de relações será o da agremiação política, Clube Republicano de Campinas, e das associações filantrópicas. Foi sócio fundador e membro da diretoria de pelo menos três importantes instituições filantrópicas da cidade: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, Maternidade de Campinas e Asilo dos Inválidos, inicialmente pensado como asilo para mendigos. Na década de 1930 aparece como fundador e primeiro presidente do Rotary Club de Campinas, associação também interessada em fazer filantropia e organizar o mercado profissional.¹⁴

Todas as relações culturais e políticas na cidade de Campinas estão atravessadas pela política imperial. Havia concentração de impostos, a distribuição dos serviços públicos dependia de negociações políticas e era regulada pelos interesses da corte. Escolas, hospitais, bibliotecas, conservatórios musicais, orquestras, etc. estão incluídos neste rol de serviços públicos.

A busca dos fazendeiros de São Paulo, na segunda metade do século XIX, era de um novo sistema de governo que permitisse a apropriação de cada um conforme sua capacidade produtiva. Desejavam que o produto dos impostos retornasse à província na forma de serviços públicos. Boa parte da elite campineira participava ativamente desse debate, tanto no Parlamento Nacional, através da atuação de João Alberto Sales; como através da propaganda republicana dirigida por Francisco Glicério ou mesmo pelo depois presidente da República, Campos Sales.

Discursos e ações se entrelaçam. A política partidária produzia um discurso organizado, uma proposta de estrutura, de forma de governo para o Estado. As ações locais cotidianas vão produzindo, com certa autonomia, a organização proposta e desejada.

Quando os republicanos paulistas falam de república estão sempre referindo-se à necessidade de liberdade para alcançar o progresso. Esta liberdade está contraposta à centralização garantida pelo Império.¹⁵

Os paulistas do PRP eram defensores das liberdades dos modernos. O que está em jogo nesta concepção moderna de liberdade é a busca da felicidade pessoal, o interesse individual. O principal ideólogo dos republicanos da primeira geração do PRP, da qual

¹⁴ Sobre o Rotary Club, ver Agueda Bernardete Uhle. *Comunhão Leiga, o Rotary Club no Brasil*. Tese de doutorado. UNICAMP. 1992.

¹⁵ José Murilo de Carvalho ao analisar as utopias republicanas faz uma distinção entre a liberdade clássica, dos antigos e a liberdade dos modernos. Diz o autor que nas repúblicas antigas, quando se falava de liberdade tratava-se da "liberdade de participar coletivamente do governo, da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública, os negócios da república: era a liberdade do homem público. Em contraste a liberdade dos modernos (...) era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião e de religião." José M. de Carvalho, *A Formação das Almas, o imaginário da política no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.17.

fazem parte Orosimbo Maia, Francisco Glicério e Campos Salles, entre outros, é Alberto Sales, defensor do separatismo e da solução federalista americana, para o Estado. Seu texto, *A Pátria Paulista*, apresenta em forma de catecismo as idéias e os fundamentos do pensamento republicano paulista.¹⁶

Na melhor expressão do positivismo, este catecismo político parte da metáfora orgânica para defender uma solução científica para a sociedade. Retira da biologia os fundamentos das leis da sociologia científica. Trata-se de um discurso dirigido à imprensa e ao Congresso Nacional, como se fora um manifesto paulista dirigido à Nação. Gira em torno de duas idéias chave: progresso e separatismo. Usando a metáfora o autor põe numa relação de causa e efeito, separatismo, evolução e progresso.

“São esses os dois aspectos fundamentais de toda evolução orgânica. São essas as duas tendências predominantes que se desenvolvem paralelamente no seio dos organismos e que constituem juntamente a lei do progresso em biologia. À toda desagregação corresponde necessariamente uma agregação paralela, à toda separação uma integração corretiva. É assim que se opera a passagem do homogêneo para o heterogêneo e que se efetua a evolução dos organismos.”¹⁷

Este pensamento embasava as lutas que tinham na organização do Estado Nacional Brasileiro a esperança de uma era de progresso, traduzida em desenvolvimento econômico, em aumento da produção e da acumulação. Acreditava-se que graças a uma nova organização dos poderes do Estado obter-se-ia o suficiente para a solução dos problemas nacionais, aqui traduzidos pelos interesses regionais e específicos de cafeicultores e exportadores.

As ações localizadas ocorrem coerente ou contraditoriamente à posição do grupo, quando efetivadas pelos seus membros individualmente. Tais ações levaram em conta além dos princípios do grupo político, os desejos e projetos pessoais e familiares dos agentes sociais eles mesmos. Orosimbo Maia, atuando em âmbito local, no Clube Republicano, cuidava de manter um padrão de vida de acordo com o gosto da elite paulista, como já foi visto.

A supremacia econômica demandava um grau de instrução condizente com o modo de viver adotado e com a socialização de caráter internacional que os negócios impunham. José Carlos Durand, em seu estudo sobre as classes dirigentes no Brasil entre 1885 e 1955 aponta o cosmopolitismo da alta burguesia paulista e faz referência aos efeitos dessas práticas sobre a educação dos filhos da elite de São Paulo. Se os filhos estavam na Faculdade de Direito ou mesmo nas escolas do Rio de Janeiro as filhas tinham outro tipo de tratamento. A elas estava reservada uma educação associada ao prestígio, seja pelo convívio

¹⁶ O autor, membro de tradicional família de fazendeiros de café, ele mesmo proprietário de uma fazenda na região, fez seus estudos universitários no *Rensselaer Polytechnic Institute* de Nova York, na década de 1850, “de onde feria voltado marcado pelo cientificismo apreendido de Spencer e de Stuart Mill e de Littré e de modo especial convencido da excelência do regime republicano e federalista estadunidense.” Vifa, Luís Washington. *Alberto Sales Ideólogo da República*. SP. Companhia Editora Nacional. 1965. P. 24/25.

¹⁷ Sales, Alberto, *A Pátria Paulista*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

em casa com preceptores estrangeiros, seja pelo contato direto com os elementos da cultura reconhecida, através das viagens, do contato com a alta costura francesa ou com a arte européia.

Orosimbo mantinha um padrão de vida típico da elite cafeeira paulista. Buscava inspiração e legitimidade na cultura européia, tanto para os projetos pessoais como para as ações no poder público.¹⁸ Preocupava-se com a educação dos filhos e com as possibilidades de distinguí-los em relação aos de seu grupo social ou do grupo social ao qual eram aspirantes. Do casamento com D. Maria Maurício Maia, nasceram três filhas e dois filhos. A preocupação com a educação, de um modo geral, não aparece de uma forma clara nas ações do homem público, do político, nos projetos do prefeito de Campinas, porém como chefe de família este se mostra disposto a cuidar da educação, especialmente daquela dedicada às filhas.¹⁹

Como um primeiro movimento em direção à educação das filhas, Orosimbo, preocupado com a construção de sua imagem e, por extensão, com a imagem de sua família, adota a prática das tradicionais famílias de fazendeiros e contrata uma preceptora francesa, Mme. Henry Blanc, que passa a viver na residência da família ocupando-se da educação das três meninas, dentro do modelo culto da época. Todavia, mais tarde, percebeu a necessidade de que as filhas freqüentassem uma escola e tivessem diploma, assim como as possibilidades de socialização e associação oferecidas por uma escola para moças. Já não bastava o domínio da língua francesa e o conhecimento da música de instrumentos. Os rituais escolares, configuraram-se em momentos de exposição de valor inestimável para uma família de político. Toda a demonstração de sucesso legítimo representada pelos exames, cerimonial de entrega de menções honrosas são parte fundamental da vida em sociedade para um grupo de positivistas republicanos e ateus declarados²⁰. A igreja, palco reconhecido e legítimo, de exposição pública da elite não pode ser afirmada por este grupo. Não poderiam assim também considerar a hipótese de que suas filhas freqüentassem o colégio das freiras francesas, em Itú, como o fazia parte da elite campineira da época, depois de fechado o Colégio Florence em 1889.²¹ A escola já detinha um lugar de destaque na organização social e política da cidade, tratava-se de monumento à cultura, símbolo de modernidade, de progresso e da própria idéia de república.

¹⁸ Ver sobre cultura e política no período: José Carlos Durand. *Negotiation politique et rénovation de l'architecture: Le Cobusier au Brésil* in *Actes de la Recherche en Science Sociales*. N. 88. Juin 1991. E Afrânio Garcia Junior. *Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil*. in *Actes de la Recherche en Science Sociales*. N. 98. Juin 1993.

¹⁹ Os dois filhos, homens, fizeram seus estudos na capital da república diplomando-se em medicina.

²⁰ Conforme afirmação de Otávia Maia de Freitas Guimarães, em discurso comemorativo dos 63 anos do Colégio Progresso de Campinas. Diz Otávia que o pai fazia questão de ser reconhecido como ateu mas, dois anos antes de sua morte converteu-se ao catolicismo e se fez batizar.

²¹ Para um estudo desta instituição ver Arilda Ribeiro. *A educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas (1863-1889)*, Campinas, tese de doutorado, UNICAMP, 1993.

Fundação do Colégio Progresso e a expansão escolar

Convidou, pois, Orosimbo Maia outros quatro fazendeiros, que também tinham filhas ou afilhadas para educar e fundaram um colégio, inaugurado simbolicamente no dia do aniversário de 10 anos da filha mais velha, ato simbólico de presentear a criança com o direito à escola. Este ato marca até hoje o imaginário de professores e alunos do Colégio, os quais fazem referência à figura do fundador da escola como sendo um pai estremado, um benemérito da educação, pois, além de fundar um colégio para garantir boa educação às filhas, ainda oferece como presente à filha mais velha um símbolo, o direito à educação. Não oferece a ela o patrimônio material da escola, mas sim o conteúdo, a cultura, o saber. Esta anedota vem sendo contada ano após ano, há quase um século, no interior da escola, alimentando as idéias moralistas do fundador e de seus continuadores.

Os quatro fazendeiros que o acompanharam neste projeto foram: Antonio Álvaro de Souza Camargo, fazendeiro de café e chefe político local; Luiz de Campos Salles, fazendeiro de café e irmão mais jovem do presidente Campos Salles; Artur Leite de Barros, fazendeiro de café e Major da Guarda Nacional, membro ativo da propaganda republicana e Joaquim Álvaro de Souza Camargo, fazendeiro de café e depois deputado estadual e federal, contemporâneo de Júlio de Mesquita, Antonio de Pádua Salles e João Alberto Sales na faculdade de Direito de São Paulo.

Nenhum dos outros fazendeiros é lembrado na história contada pela escola, apenas Orosimbo é tido como o seu fundador. Isto talvez se explique pelo fato de que este permaneceu mais tempo como presidente do estabelecimento. Porém, uma outra possibilidade é a de que esta imagem tenha sido construída graças aos mútuos serviços prestados pelo político à escola e por esta ao político. Considerando Orosimbo como um político de carreira em âmbito local, é sem dúvida aquele que pode prestar um melhor serviço ao colégio usando permanentemente a escola como palco de suas apresentações, beneficiando-se inclusive do papel de chefe de família, tão apreciado, no período. Orosimbo Maia permanece por 30 anos como se fora um avalista da escola, intermediando seus negócios e garantindo-lhe apoio do poder público mesmo depois de deixar a presidência do estabelecimento. Não podemos nos esquecer que, no caso, trata-se de um político sem cacife, sem tradição com necessidade de construir permanentemente sua imagem.

O PRP, entretanto, tinha um projeto de educação para o futuro Estado de São Paulo, era claro para os republicanos, que república não se sustenta sem educação gratuita e obrigatória para todos.²² Todavia os políticos mantinham suas ações em consonância com

²² No programa partidário, o PRP afirmava seus compromissos com a educação nos seguintes itens: " - Compete à Assembléia Geral legislar sobre a instrução primária e secundária, tendo por base os princípios da liberdade de ensino. A obrigatoriedade da instrução primária não atinge aos residentes à distância de um quilômetro dos povoados onde haja escola gratuita pública ou particular. - O estado garante a instrução primária gratuita a todos e fica estabelecida a liberdade de ensino em todos os graus." Texto citado por Casemiro dos Reis Filho em *A educação e a ilusão liberal*, São Paulo, Cortez e Editores Associados, 1981.

projetos pessoais e familiares. A escola que leva o nome de Colégio Progresso Campineiro não deixa dúvidas quanto aos princípios que nortearam seus fundadores, é necessário ver a fundação deste colégio feminino de elite em relação ao conjunto de práticas desse grupo, mas, também, no conjunto das idéias que orientavam tais práticas, considerando ainda o quadro da escolarização no Estado.

Segundo Marcus L. Albino Bencostta, havia em Campinas, no ano de 1870, nove estabelecimentos de ensino particular e quatro escolas de instrução pública. O número de alunos matriculados chegava a 770 nas escolas particulares, 400 meninos e 370 meninas e nas escolas públicas eram 370 os alunos, 170 meninos e 200 meninas, com um total de 1140 estudantes matriculados, na cidade.²³

Já em 1886, o mercado escolar apresenta mais ou menos o seguinte quadro: *Circolo Italiani Uniti* com 290 sócios patrocinando uma escola para alunos de ambos os sexos e de qualquer nacionalidade; Sociedade Italiana Confederada mantendo uma escola para 30 a 40 alunos, as associações alemãs mantêm a Escola Allemã de Instrução e Leitura, fundada em 1863. As lojas maçônicas, a Liga Operária a Santa Casa de Misericórdia, dirigida por irmãs de caridade, e a Igreja católica são algumas das mantenedoras de escola ao lado do poder público, além disso a família Ferreira Penteadado mantinha um Internato com 28 alunos.

Nesses tempos de república, o movimento pela escolarização não era, naturalmente, uma especificidade da elite campineira. Rio Claro, Itú, Botucatu, Taubaté, Piracicaba, Santos, Jundiá e claro a capital da Província, só para citar alguns dos núcleos populacionais do estado de São Paulo, mantinham, também, um conjunto de estabelecimentos de ensino, público e particular, base da escolarização necessária para a pregação republicana na região.

Uma importante característica já está delineada no período, trata-se de certa pluralidade em termos de unidades escolares como se observa neste quadro referente ao ano de 1900.

INSTRUÇÃO PARTICULAR	ALUNOS	M	F
Sociedade Allemã de Instrução e Leitura	60	x	x
Escola Allemã	39	26	13
Collégio Rosa (internato/externato) preparatório e Gymnásio	81		
Lyceu Alfredo Paiva (primário/ intermediário/ Secundário comercial/ escritura mercantil)	?		
Escola Mista (preparatório)	50	x	x
Externato Nossa Senhora da Esperança	25	x	x
Escola Particular	16		16
Externato Leopoldina Thompsom	?		
Externato	62	62	
Escolas São Benedito	40	19	21
Lyceu de Artes e Officios (tipografia, cartonagem, carpintaria e sapataria)	123		

²³ Ver mais dados em Ide por tudo mundo, a Província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869/1892. Campinas. Centro de Memória.

Loja Independente	89		
Liberdade e Ordem	45		
Circolo Italiani Uniti	40		
Total	670		
Instrução Pública			
Gymnásio de Campinas Extinta Associação Culto à Ciência - Bacharelado em Letras e Artes - 6 anos	61		
Grupo Escolar	459	240	219
Escolas isoladas - 8 escolas femininas 6 escolas masculinas	534	199	335
Escolas municipais - Correia de Mello Ferreira Penteadado	163 90	163	90
Total da instrução pública	1307		

Comparando os dados de 1870, 1886 e 1900 percebemos que, inicialmente, a rede de escolas particulares detém 70% dos alunos e das escolas na cidade. Dezesseis anos mais tarde pode-se verificar que as organizações e grupos interessados na educação escolar continuam se multiplicando com a chegada de diferentes colônias de imigrantes, sendo que no ano de 1900 se pode encontrar uma pluralidade de unidades escolares, ligadas a interesses específicos dos grupos, também sendo marcante a expansão da educação escolar oferecida pelo poder público.

A instrução pública, coerente com o projeto republicano, está centrada na oferta do ensino primário. Das 18 escolas existentes, segundo os dados do almanaque, 16 são escolas primárias isoladas ou grupos escolares, apenas uma oferece curso ginásial, (Culto à Ciência), e embora existisse já uma escola normal pública, fundada em 1898 (Escola Normal Carlos Gomes), esta não está arrolada no almanaque.

A instrução particular segue a mesma característica dos tempos do império. Gozando da liberdade de ensino oferece cursos preparatórios, secundário, secundário comercial, liceu de artes e ofícios e currículos especiais nas escolas femininas, nos internatos em geral.

Porém, com a política republicana a educação escolar ganha status, como se pode constatar nos prédios construídos, hoje tombados pelo patrimônio histórico do Estado, com madeira importada, projetos arquitetônicos monumentais, tomando o lugar das catedrais, dos sobrados e dos casarões do período colonial e imperial; a escola pública vai para o centro da cidade e da vida política, expõe suas escadarias e abre pesadas portas de madeira entalhada para deixar passar aqueles cujo "mérito" fez chegar até aí. As escolas privadas se obrigam a fazer um movimento de aproximação a estes monumentos do progresso e da liberdade. Elas vão adaptar seus currículos aos currículos oficiais, uma vez que a ponta final do processo de escolarização encontra-se nas mãos do Estado, portanto os alunos das escolas privadas acabam tendo que submeter-se aos exames de acesso aos cursos superiores, e as escolas terão que buscar o reconhecimento e a equiparação às escolas públicas. O Colégio Progresso faz esse processo lentamente, durante duas décadas.

No contexto de expansão do ensino público primário, apoiado sobre as escolas normais, no qual a figura da professora-mulher vai se construindo, o Colégio Progresso Campineiro se estrutura, primeiro como um lugar protegido, supervisionado diretamente pelas famílias; segundo como um estabelecimento moderno cujo currículo segue de perto o das escolas oficiais mais distinguidas; terceiro como uma escola destinada a uma categoria especial de moças e portanto com um currículo diferenciado.

Para se configurar como um lugar protegido e supervisionado, o colégio se organiza como um internato/externato, onde professoras e alunas residem, estudam, tem lazer, práticas religiosas e artísticas. As primeiras professoras e diretoras foram selecionadas diretamente pelos fazendeiros - fundadores e não deixam dúvidas quanto ao projeto da escola. Anna von Maleszewska, formada pela Academia de Nancy, na França e pela Universidade de Kiel, na Alemanha, foi a primeira diretora; Mme. e Mlle. Blanc, formadas em Marselle na França, professoras de francês e artes. A primeira diretora permaneceu apenas dois anos no colégio tendo sido afastada por descontentamento geral das alunas.

Depois de 1902, a segunda diretora D. Emília de Paiva Meira, escolhida por indicação de notáveis personalidades da cidade, estabeleceu novos princípios para a educação, no colégio, os quais passaram a nortear a seleção do corpo docente. Considerava-se entre as condições básicas para a docência: ser a futura professora solteira, ter moral ilibada e disponibilidade para residir na escola. D. Emília considerava que só assim as professoras poderiam se dedicar inteiramente à educação das meninas e à religião. Assim a escola assume a educação moral e religiosa como a base da formação das moças e para tanto estabelece uma série de ritos e práticas que se mantiveram e se mantém até os dias de hoje.²⁴ Aí se estabeleceram os retiros espirituais, preparação para a primeira comunhão, cerimonial de Crisma e de Casamento. Tais práticas deixaram marcas na própria arquitetura da escola que ganhou em seu prédio um lugar de destaque para a capela, ao lado das salas de aula, salas de música e laboratórios. A formação moral e a proteção das moças não impedia, no entanto, que a escola fosse tocada pelos ares da modernidade e do progresso científico desejado pelos seus fundadores. A ciência e as artes deveriam compor o currículo da escola recém fundada.

Uma comparação entre os programas de ensino publicados em 1902 e no final da década de 20 mostram como o projeto da escola foi tomando forma. Tem-se explicitamente a presença do ensino religioso, através das aulas de catecismo e história sagrada, já em 1902, portanto negando a idéia de escola laica. A busca de legitimidade do ensino oficial é mais clara nos programas do final da década de 20, quando os currículos do Ginásio Pedro II e das escolas Normais do Estado de São Paulo são literalmente seguidos pelo colégio.

²⁴ Muitas das práticas religiosas se mantêm ainda hoje graças a exigências testamentárias de D. Emília. Conforme, Inventário, Juízo de Direito da Primeira Vara da Comarca de Campinas, Testamento Inventário: José Villac (inventariante) e Emília de Paiva Meira, 1937. Ver também de Daniela Morassuti, Colégio Progresso Campineiro: Os primeiros 50 anos, Campinas, relatório de pesquisa, 1997.

CURSO DE ESTUDOS - 1902

CURSO PRIMÁRIO DE 1º GRAU

- Exercícios escritos e orais nas línguas portuguesa, franceza e ingleza (composição de phrases simples)
- Exercícios sobre as operações fundamentaes da arithmética, (cálculo mental e problemas simples)
- Primeiras noções de geographia, (orientação)
- Ensino intuitivo dos elementos de sciencias naturaes, (lições das cousas)
- Desenho linear a mão livre
- Calligraphia
- Catechismo, (principaes factos da história sagrada)
- Música e solfejo
- Exercícios callisthenicos
- Trabalhos de agulha

CURSO PRIMARIO DE 2º GRAU

- Línguas portugueza, franceza e ingleza (exercícios variados de redacção)
- Arithmética practica (fracções e problemas simples, noções de geometria plana)
- Geographia geral (cartographia)
- Princípios de sciencias naturaes
- Desenho linear e a mão livre
- Calligraphia
- História do Brasil
- História Sagrada
- Catechismo
- Música e solfejo
- Exercícios callisthenicos
- Trabalhos de agulha

CURSO SECUNDÁRIO

- Línguas portugueza, franceza e ingleza (exercícios de composição e redacção de diversos estilos)
- Arithmética
- Geographia geral (chonographia do Brasil e cartographia)
- Physica, chimica e história natural
- Desenho (pintura a óleo e aquarela)
- Geometria plana e no espaço
- Cosmographia
- História geral
- História do Brasil
- Música e solfejo
- Exercícios callisthenicos
- Trabalhos de agulha

CURSO COMPLEMENTAR

- Literatura das línguas portugueza, franceza e ingleza
- Physica, chimica
- História natural (zoologia, botânica, geologia e mineração)
- Arithmética, álgebra, geometria e trigonometria
- Revisão de Geographia Cosmographia
- História geral

CURSO DE ARTES

O curso de artes comprehende: piano, violino, bandolim, pintura e dança.

Além das matérias acima especificadas há para as alumnas que o quizerem, aulas especies de allemão e italiano.

Merecerá especial attenção da directora, e por isso, fará parte obrigatória do curso o ensino de gymnastica apropriada ao sexo, pois, que, além de outras conveniências, é hoje aconselhado pela hygiene, como meio de desenvolvimento physico.

<p>DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ENSINO - depois de 1928</p> <p>O curso PRIMÁRIO ministrado em 4 anos é modelado pelo curso das escolas oficiais.</p> <p>CURSO GINASIAL E FUNDAMENTAL.</p> <p>Destes cursos fazem parte as disciplinas ministradas no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, com o mesmo número de horas por semana e distribuídas pelos 5 anos de estudos.</p> <p>CURSO PROFISSIONAL (NORMAL)</p> <p>As disciplinas deste curso compreendem as matérias ministradas nas ESCOLAS NORMAIS OFICIAIS DO ESTADO.</p> <p>CURSO PROGRESSISTA</p> <p>O Curso Progressista é o aperfeiçoamento daquelas que desejam possuir uma educação e instrução aprimoradas que são os ornamentos das moças na sociedade e na família. Consiste ele no estudo aprofundado nas línguas vivas e desenvolvimento artístico.</p> <p>Literaturas: Brasileira, Portuguesa, Francesa, Inglesa</p> <p>Trabalhos manuais</p> <p>Música - solfejo</p> <p>Desenho</p> <p>Religião</p> <p>ESTUDOS FACULTATIVOS</p> <p>Art. 13 - Línguas: Italiano, Espanhol, Alemão e Grego</p> <p>Datilografia</p> <p>Taquigrafia</p> <p>Pintura</p> <p>Música Instrumental</p> <p>Canto</p> <p>Ginástica.</p> <p>Trabalhos artísticos em: Couro, pelica, estanho e madeira, pintura japonesa, etc.</p> <p>CONSERVATÓRIO MUSICAL SANTA CECÍLIA</p> <p>Art. 14 - Segue o programa do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro²⁵</p>

A administração do distanciamento/aproximação do colégio em relação às demais escolas, especialmente às escolas públicas é a arte exigida da direção e corpo docente. Neste sentido o internato é o formato privilegiado, pois garante educação integral, em tempo completo, permitindo assim a prática do currículo oficial acrescido de uma série de disciplinas consideradas como aprimoramento da instrução.

A organização de cursos de aperfeiçoamento como é o caso do "Curso Progressista" é outra tática para oferecer uma formação distinta daquela praticada pelas escolas públicas em geral. Todavia, distinção não poderia significar distanciamento e a prova disso é que o Colégio busca desde seus primeiros tempos a inspeção oficial, seguida dos pedidos de reconhecimento e equiparação ao Pedro II e à Escola Normal do Estado de São Paulo. Nos primeiros anos, as alunas consideradas aptas submetiam-se aos exames oficiais no 1º Ginásio de Campinas, posteriormente foram instaladas bancas oficiais para os exames no próprio colégio, por solicitação da direção e por fim, na década de 30, os cursos receberam a equiparação aos cursos oficiais.

A terceira característica da escola se expressa pela seleção das alunas, que se dá quase que naturalmente, através das taxas escolares praticadas em escolas deste porte, com disciplinas e práticas culturais opcionais, cobradas individualmente. Assim o acesso à escola dependia do poder econômico como se pode constatar comparando os dados de procedência das alunas, tomando como referência a ocupação do pai.

²⁵ Fonte Regimento Interno do Colégio Progresso Campineiro, sem data, mas sem dúvida o que vigorou depois de 1928, por fazer menção à escola normal. Daniela Morassuti, op. Cit.

Em 1900/1901, primeiro ano de funcionamento da escola, foram matriculadas 10 alunas, com idades variando de 6 a 13 anos. Eram elas: 5 filhas de fazendeiros de café; 2 filhas de profissionais liberais (médico e advogado); 2 filhas de comerciantes (um deles exportador de café); e 1 filha de funcionário público (tabelião).

O Colégio cresceu, seus usuários se multiplicaram mas as proporções no que se refere à procedência familiar se mantiveram. Entre os anos de 1923/1928 tem-se o seguinte quadro:

PROFISSÃO DO PAI	N	%
fazendeiro	17	48,5
médico	4	11,4
engenheiro	2	5,71
capitalista	2	5,71
comerciante	2	5,71
proprietário	2	5,71
negociante	1	2,85
industrial	1	2,85
tabelião	1	2,85
advogado	1	2,85
artista	1	2,85
militar	1	2,85
TOTAL	55	100 26

Nesta tabela encontra-se, pois, o seguinte: 68,57% de proprietários, entre eles, fazendeiros, industriais e capitalistas; 20,0% de profissionais liberais, engenheiros, médicos e advogados; 5,71% de funcionários públicos, tabelião e militar e 5,71% de outras categorias, como negociante e artista.

O Colégio Progresso Campineiro funcionou como um centro cultural privado. Como foi visto, os primeiros currículos contemplavam o ensino da música, das línguas estrangeiras e das artes em geral. A programação cultural, aberta ao público, também era constante na escola. Eram exibidas peças de teatro, realizados saraus literários, concertos e exposições. Revelavam-se, assim, as pretensões da escola de se converter em centro cultural e artístico mas, acima de tudo de ser vista como uma referência em termos de educação feminina no Estado.

Por seu turno o Estado, sob a política dos republicanos, vai constituindo o sistema público de ensino. Casemiro dos Reis Filho toma a lei orçamentária de 1890 para daí deduzir a possível estrutura do executivo paulista, no período.

“Subordinados ao governador, por meio de seus diretores, estavam os diversos serviços públicos: Tesouro do Estado, Força Pública, Penitenciária, Hospício de Alienados, Iluminação Pública da Capital e de Campinas, Instrução Pública, Escola Normal, Seminário da Glória, Catequese de índios, Imigração, Serviço policial e Superintendência de obras.”²⁷

²⁶ Fonte: Livros de matrícula de 1923 a 1928.

²⁷ Reis Filho, Casemiro dos. A Educação e a Ilusão Liberal. São Paulo. Cortez e Editores Associados. 1981. P.19

Nesta primeira organização do Estado no regime republicano pode-se observar primeiro que a Escola Normal tem tal importância no conjunto da educação pública que mantém um diretor próprio, diferente do diretor da instrução pública em geral. E não poderia ser de outra forma, uma vez que esta será a base do sistema público estadual, único responsável pelo ensino primário, carente de professores qualificados e instrumento privilegiado da propaganda republicana. Um segundo ponto a ser observado é uma direção para cuidar da catequese dos índios, num Estado que acaba de ser declarado laico, separado da igreja; ainda um ponto importante para o interesse deste trabalho é o lugar da cidade de Campinas no conjunto do Estado, a única cidade, além da capital, a ser contemplada com iluminação pública.²⁸

Uma reorganização administrativa ocorrida em 1892 criou, entre outras, a Secretaria do Interior à qual passam a subordinar-se os serviços de Instrução Pública. A Secretaria do Interior estava dividida em três seções sendo a terceira encarregada dos serviços de ensino primário, secundário, superior, especial e profissional, público e particular. Quanto à estrutura administrativa da própria instrução pública, a partir desta data, encontra-se a Secretaria Geral da Instrução Pública e esta também compreende três seções:

- a primeira encarregada dos serviços relativos às escolas preliminares;
- a segunda encarregada dos serviços relativos às escolas normais, gymnásios e cursos superiores;
- a terceira tendo a seu encargo o serviço do Conselho Superior, do ensino particular e da estatística escolar do estado. Aqui outro aspecto interessante para análise é que o ensino particular está considerado dentro do serviço de instrução pública, o que se pode compreender quando se observa o quadro das escolas, onde está demonstrado o dinamismo do setor dedicado ao ensino particular, quase equivalente ao público, em número de escolas.

Observando outros dados sobre a escolarização no estado de São Paulo, no ano de 1897, podemos prosseguir nas reflexões sobre os motivos e efeitos da política do Estado e das ações individuais neste campo. Em setembro deste ano a população dos 118 municípios do Estado estava calculada em dois milhões de habitantes, e o Estado possuía 813 escolas providas, com matrícula média de 24 384 alunos no ensino primário, o que significa 1,5% da população do estado na escola. Estes dados porém eram questionados por Campos Salles, então presidente do Estado que apresentava os seguintes dados: 2246 escolas, das quais estavam providas 1013, ou seja, menos de 50% delas dispunha de professor. Estimava então, o Presidente do Estado, que o número de alunos matriculados era de 32467.²⁹ Da discussão apresentada por Campos Salles pode-se perceber que, além de índices muito baixos de escolarização real, ainda se tem um claro uso político dos dados.

²⁸ Ídem, p. 20

²⁹ Ver mais sobre o assunto em Casemiro dos Reis Filho, op. Cit. E em José Veríssimo, A Educação Nacional, 3ª edição. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985

Assim na verdade o sistema de instrução no Estado de São Paulo só teve sua estrutura consolidada a partir da república e através do agrupamento, reforma e oficialização dos estabelecimentos de ensino já existentes. O surgimento do conjunto de estabelecimentos se deve, como foi visto, à iniciativa de diversos grupos particulares, associações de imigrantes, famílias, igrejas, lojas maçônicas. A par de terem sido fundadas por diferentes setores da sociedade, cumprindo finalidades diversas, as escolas possuem em comum o fato de fazerem parte do sistema de instrução pública, sofrerem por tanto uma certa inspeção do Estado, de serem consideradas serviço público, independente de serem organizações estatais ou particulares.

Este estatuto mais ou menos comum das escolas públicas e particulares expressa o tratamento dado pelos políticos e setores hegemônicos da elite à coisa pública. Era uma prática mais ou menos corrente a fundação de escolas ou organizações assistenciais que mais tarde seriam doadas aos poderes públicos para sua manutenção. Entre as escolas merece destaque o caso do Primeiro Gymnasio de Campinas que tendo sido criado em 1873, pela Associação Culto à Sciencia, foi oficializado como ginásio público, em 1895. Neste caso a escola já funcionava em moldes muito próximos àqueles propostos pela reforma do ensino oficial.³⁰ A Escola Correia de Mello também surgiu por iniciativa deste fazendeiro e foi mantida pela família mesmo após sua morte, até que os herdeiros, após a morte da viuva Correia de Mello, doaram o estabelecimento à municipalidade assumindo esta o compromisso de mantê-la em funcionamento. Mais tarde, o mesmo procedimento se daria em relação a outros estabelecimentos de ensino. Parece pertinente pensar, a esta altura da reflexão, sobre a escola como uma forma de capital simbólico não apenas para os usuários mas, também, para os beneméritos e idealizadores dela.

Vimos assim como graças a um conjunto de idéias políticas e a soma de interesses particulares dos cafeicultores e comerciantes do oeste paulista foi sendo construído o programa que sustentou as lutas dos republicanos, mormente a liderança do PRP. A idéia de progresso como via de acesso ao mundo moderno, técnico, científico, industrializado e sobre tudo abastado, funcionou como a estrela guia deste grupo. Uma segunda idéia ligada à primeira é a de liberdade como condição de felicidade pessoal. No plano político, tal idéia se objetiva na separação das províncias, construção da autonomia dos estados, base de uma república federativa. O interesse maior estava na eliminação de qualquer entrave à iniciativa privada, às relações comerciais nacionais e internacionais e à diminuição dos impostos pagos ao governo central.

³⁰ No ano de 1879 o Colégio Culto à Ciência era dirigido pelo Dr. Meichiades da Boa-Morte Trigueiro tinha como vice-diretor o sr. João Benthley e o corpo docente estava assim constituído:

Antonio Francisco Martins professor de Latim, Retórica, Filosofia e História; João Benthley, professor de Aritmética, Geometria, Francês e Inglês; Simão Francisco Philidory, professor de Latim e primeiras letras; Henrique de Barcellos professor de Gramática Portuguesa Análise e Gramática Francesa, Dr. Melchiades da Boa-Morte Trigueiro Aula de Português e Análise dos Clássicos. Conforme Almanach para o ano de 1879, p. 97

A escolarização aparece no programa do partido e no discurso dos republicanos como uma necessidade para o alcance do progresso, para que se pudesse desfrutar dos avanços técnicos do mundo moderno. Para o estilo de vida desse grupo de paulistas a educação escolar era uma necessidade. Tratava-se de homens de negócios, que construíam estradas de ferro, fábricas, importavam máquinas e famílias de trabalhadores, portanto faziam eles mesmos as suas escolas.

Importante considerar que eram os mesmos homens que exerciam cargos públicos no governo representativo os que criavam escolas particulares. A escola pública, expressão ou garantia da igualdade de direitos, objetivada no voto, teve uma expansão lenta e até fictícia se tomarmos os dados das escolas não providas de professores, mas a escola particular continuou se expandindo por ato dos próprios políticos republicanos.

Outro ponto a destacar e que permite pensar no lugar ocupado pela escola nesta sociedade é que esta instituição era destinada para meninos e meninas mais ou menos na mesma proporção. Ora, o voto feminino só seria garantido na década de 1930, logo a escolarização não parece estar diretamente ligada a universalização do voto. Antes parece mais pertinente pensar na escolarização como uma projeto de classe, como estratégia de distinção.

Os efeitos mais gerais desta estruturação da instrução pública, no Estado de São Paulo são, por um lado, a criação de estabelecimentos de ensino dedicados aos filhos da elite separados daqueles dedicados à população em geral, assim como uma idéia sempre nebulosa de serviço público.

As escolas privadas fundadas para atender projetos familiares específicos mantinham-se sob proteção legal mas também material do Estado. A sobreposição de político, filantropo e empreendedor numa mesma figura pública, como é o caso de Orosimbo Maia, faz com que escolas como o Colégio Progresso Campineiro sejam vistas como monumentos da cidade, tanto quanto a Santa Casa de Misericórdia ou o Colégio Culto à Ciência.

Referências bibliográficas

- ALBINO, Marcus, *Ide por todo mundo*, a Província de São Paulo como campo de missão presbiteriana - 1869 - 1892, Campinas, CMU, 1996.
- ALMEIDA José Ricardo Pires de, *História da Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889)*, trad. Antonio Chizzotti, SP, EDUC, Brasília, DF, INEP MEC, 1989.
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction critique sociale du jugement*, Paris, Les edition de minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre, *Meditations Pascaliennes*, Paris, Seuil, 1997.
- CARVALHO, José M. de, *A Formação das Almas*, o imaginário da política no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem*, Brasília, Editora da UnB, 1981.

- CASALECCHI, José Enio, *O partido republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*, S. Paulo, Brasiliense, 1987.
- CERRI, Luis Fernando, *Non Ducor, Duco*, Dissertação de mestrado. FE. Campinas. UNICAMP. 1996.
- COELHO, Camilo de Souza, *Orosimbo Maia: o homem, o administrador*, documento de circulação restrita. 1962.
- COMPARATO, Fábio Konder, *Educação, Estado, Poder*, SP, Brasiliense, 1987.
- DURAND, José Carlos, *Négociation politique et rénovation de l'architecture: Le Cobusier au Brésil* in *Actes de la Recherche en Science Sociales*, N. 88, Juin 1991.
- FERRAZ, Adriana, *Político, Filantropo e Empresário: Orosimbo Maia e a Educação em Campinas, Monografia*, Campinas, UNICAMP/FAPESP, 1997
- GARCIA J., Afrânio, *Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil*, *Actes de la Recherche en Science Sociales*, N. 98, Juin 93.
- GARCIA, Afrânio Junior, *Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil*. in *Actes de la Recherche en Science Sociales*, N. 98, Juin 1993.
- GEERTZ, Clifford, *A Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- MORASSUTI, Daniela, *Colégio Progresso Campineiro: Os primeiros 50 anos*, Realório de pesquisa, Campinas, UNICAMP/FAPESP, 1997.
- REIS FILHO, Casemiro dos, *A educação e a ilusão liberal*, São Paulo, Cortez e Editores Associados, 1981.
- RIBEIRO, Arilda, *A educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas (1863-1889)*, Campinas, tese de doutorado, UNICAMP, 1993.
- SALES, João Alberto, *A pátria paulista*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- SOUZA Paulo Nathanael Pereira de, *Educação na Constituição e outros estudos*, SP, Pioneira, 1986.
- UHLE, Agueda Bernardete, *Comunhão Leiga, o Rotary Club no Brasil*, Tese de doutorado, UNICAMP, 1992.
- VERÍSSIMO, José, *A Educação Nacional*, 3º edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- VITA, Luís Washington, *Alberto Sales Ideólogo da República*, SP, Companhia Editora Nacional, 1965.